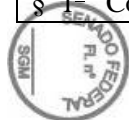


## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2011

1

Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2011	Emenda nº - CI (Substitutivo)
	Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para <b>incluir os Estados que integram a SUDENE</b> e o prazo de vigência <b>do</b> Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera- REPENEC.	Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para <b>instituir na área de atuação da SUDENE o</b> Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de <b>Infraestrutura da Indústria Petrolífera – REPENEC e para estabelecer novo</b> prazo de vigência <b>para o programa.</b>
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	<b>Art. 1º</b> Os arts. 1º e 2º da Lei nº 12.249, de 2010 passam a vigorar com a seguinte redação:	<b>Art. 1º</b> Os arts. 1º e 2º da Lei nº 12.249, <b>de 11 de junho</b> de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:
<b>Art. 1º</b> Fica instituído o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, <b>Nordeste</b> e Centro-Oeste - REPENEC, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 2º a 5º desta Lei.	“Art.1º Fica instituído o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-estrutura da Indústria Petrolífera- REPENEC - <b>nos Estados que integram a SUDENE e</b> nas Regiões Norte e Centro-Oeste, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 2º a 5º desta Lei.	“Art. 1º Fica instituído o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – REPENEC <b>na área de atuação da SUDENE e</b> nas Regiões Norte e Centro-Oeste, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 2º a 5º desta Lei.
Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e co-habilitação ao regime de que trata o caput.	Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e co-habilitação ao regime de que trata o caput.	<b>§ 1º</b> O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e co-habilitação ao regime de que trata o caput.
		<b>§ 2º</b> A vigência do regime de que trata o caput será de quatro anos, contados a partir da publicação desta Lei.” (NR)
<b>Art. 2º</b> É beneficiária do Repenec a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura nas Regiões Norte, <b>Nordeste</b> e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e uréia a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado.	Art. 2º É beneficiária do REPENEC a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura nos Estados <b>que integram a SUDENE</b> e nas Regiões Norte e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e uréia a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado.	Art. 2º É beneficiária do REPENEC a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura <b>na área de atuação da SUDENE e</b> nas Regiões Norte e Centro- Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo, e de produção de amônia e uréia <b>e seus subprodutos,</b> a partir do gás natural <b>e de metanol e seus subprodutos,</b> a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado
<b>§ 1º</b> Compete ao Ministério de Minas e Energia a	<b>§ 1º</b> Compete ao Ministério de Minas e Energia a	



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2011

2

Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2011	Emenda nº - CI (Substitutivo)
aprovação de projeto e a definição, em portaria, dos projetos que se enquadram nas disposições do caput.	aprovação de projeto e a definição, em portaria, dos projetos que se enquadram nas disposições do caput.	
§ 2º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não podem aderir ao Repenec.	§ 2º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do art. 8º da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do art. 10 da Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não podem aderir ao REPENEC.	
§ 3º A fruição dos benefícios do Repenec fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos impostos e as contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.	§ 3º A fruição dos benefícios do REPENEC fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos impostos e as contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.	
	§ 4º A vigência para o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera, o REPENEC, será de quatro anos, contados a partir da data de publicação desta lei e a fruição dos seus benefícios aplica-se a projeto protocolado dentro deste prazo e aprovado em até seis meses do encerramento da vigência do REPENEC. “(NR)	§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos projetos protocolados no prazo de quatro anos, contados a partir da publicação desta Lei.” (NR)
§ 5º (VETADO).		
		<b>Art. 2º</b> O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará os projetos de lei orçamentária dos exercícios subsequentes.



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2011

3

Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010	Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2011	Emenda nº - CI (Substitutivo)
	<b>Art. 2º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 3º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
		Parágrafo único. O disposto nesta Lei só produzirá efeito a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

